



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 93

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 11-05-2005

Aos onze dias do mês de Maio de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário e pela Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Raúl Ventura Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Herculano Melo Parente, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Liz Miguel Marques da Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Marília Fernanda Correia Martins (entrou às 22:35 horas), Domingos José Barreto Cerqueira e Luís Miguel Capão Filipe.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da substituição nesta reunião, do Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e do Vogal Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos na lista de candidatura Maria Ivone Abreu Silvério Abreu Lopes e Herculano Melo Parente. O segundo sucedâneo João Pires da Rosa apresentou escusa.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, se fez substituir, nesta reunião, por Luís Paulo Pinheiro Tavares.

Foi efectuado o reconhecimento de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Seguidamente o Presidente da Mesa fez uma breve abordagem à forma e teor de como foi feita a interpretação pela Câmara do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Aveiro, após a qual teceram também algumas considerações os seguintes vogais.

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Presidente da Mesa

A

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

PONTO 3. – RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DE 2004 DA CÂMARA MUNICIPAL.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 05/04/2005, sobre o assunto em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para os documentos distribuídos a todos os membros a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeira (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quando discutimos as contas do executivo camarário nesta Assembleia Municipal ficamos sempre com a sensação de estarmos a pregar no deserto. Não naquele deserto de números áridos que pouco significam para a maioria dos portugueses que pelos vistos desdenham da matemática ou dos simples problemas do deve e haver, mas para aqueles desertos que se auto alimentam da incapacidade de ouvir críticas, da insuficiência própria da autocrítica, da fraca capacidade para ler os sinais de alarme ou da incapacidade de, pelo menos, tentar perceber os que outros expressam por muito estranho que pareça.

É isso ao que vimos assistindo em todo este mandato e de que eu sou testemunha em 3 relatórios de contas. O problema, e talvez a oposição seja um pouco culpada nisso, é que tem insistido sempre nos números (e são-no efectivamente dramáticos), o que me parece algo de razoável e sustentável pois os números, são o que são, mas para alguns políticos são sempre outra coisa pela capacidade que têm de os ler sempre de forma mais agradável. Nisso este executivo é mestre. Percebo também que não interessem os números ao público, entendo que sejam apenas sensíveis às obras que vêm na porta da sua rua, mas devemo-nos esforçar por

explicar, aqui, neste parlamento, quais as consequências de tais pensamentos e da incapacidade de ler os números.

Dúvidas. Dívidas. Incapacidades.

Dúvidas, por este caminho de fuga para frente, de completo desprezo pelas oposições, de tentar negar os números, de ler com demasiado optimismo a realidade que as Contas nos demonstram. Alguém tem dúvidas em que ao Plano de Actividades e Orçamento teve uma taxa de execução de apenas 41% do programado? Duvida-se, que este facto é desvirtuar os orçamentos e criar expectativas falsas de obras àqueles munícipes que talvez por serem da periferia citadina não tiveram a sorte de lhe calhar uma obra na sua rua ou freguesia.

Alguém dúvida que este incompreensível optimismo na receita, designadamente através do aumento de taxas e impostos directos (em vez de muitos pagarem pouco, poucos pagaram muito) só tornará o nosso concelho ainda menos atractivo ao investimento?

Dúvidas existem, acerca do permanente aperto e constrangimento da tesouraria camarária? O equilíbrio financeiro é mínimo. Como se vê, num activo circulante de pouco mais de 7,5 milhões de euros contra um passivo a curto prazo de cerca de 30 milhões de euros?

Terão dúvidas agora, os munícipes, os senhores jornalistas, ou até o Executivo, das confirmadas reservas manifestadas pelo CDS, quando da discussão das GOP e do Orçamento de 2004, por as considerarmos exageradamente empoladas e desfasadas da realidade do município? O CDS preferiria neste caso não ter razão.

Dúvidas. Não vale a pena mostrar muitos números porque enfrentaremos um muro de intransigência que chegou ao ponto de ao abrigo duma particular forma obscurantista de ver o funcionamento do parlamento municipal, impedir a demonstração gráfica ao vivo dos números da nossa CMA a esta Assembleia.

A realidade é bem diferente da dos comunicados, das conferências de imprensa improvisadas após cada Assembleia ou das entrevistas de ocasião.

A realidade Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dívida total em 2002 - 95 M€; Dívida total em 2003 - 138 M€; Dívida total em 2004 - 142 M€.

As realidades são: as dívidas da vergonha à ACASA que aumentaram mais um ano; as dívidas da água à Associação Municípios do Carvoeiro que os munícipes já pagaram; o desperdício nas obras municipais, com o seu faz e refaz custando imenso dinheiro não orçamentado; a “invenção mediática” de medidas de saneamento financeiro, as famosas 30 medidas, cuja eficácia nunca contestada foi de 7%; e a sistemática sub-orçamentação!

A realidade não é a reparação financeira propalada. Pois, como se sabe, existem e tem-se procurado esconder cada vez mais processos de reclamação de dívidas. E pasme-se senhores deputados, nas “Contas” não aparece qualquer provisão cautelar para o pagamento destes processos de reclamação — tem a certeza a CMA que ganhará todos? É com certeza um erro técnico demasiado básico.

Que se dirá da dívida da SIMRIA? Não deveria estar considerada nesta rubrica? E já agora, por que não são estas Contas vistas por ROC? Como é possível ter activos patrimoniais negativos em 52M€? Não tinham prometido corrigir isto no ano passado a esta câmara?

Se a realidade fosse outra, não seria necessário transformar dívidas de curto prazo em médio longo prazo e ainda acrescentar os serviços do ano; exemplo Somague e Suma.

Nas receitas e conforme poderemos demonstrar, as subidas das taxas e impostos municipais (a marca deste mandato socialista) permitiram crescer a receita em valores absolutos, mas com elevados custos na sustentabilidade do desenvolvimento económico.

Aliás, neste campo, os impostos aumentaram 1,1 M€ e superaram os valores anteriores em todas as categorias ao contrário do que este executivo socialista sempre fez crer a esta Assembleia.

Os verdadeiros impostos são a despesa: Seja a despesa improdutiva do desperdício por exemplo com o Aveiro Basket. Do clientelismo partidário, ou seja a despesa com protelação da dívida porque não geramos suficiente receita para a pagar nos prazos estabelecidos.

E para o Aveirense normal é fácil de perceber que se a dívida aumenta sistematicamente (cresceu 47M€ desde 2002) isso quer dizer que estamos para além da nossa capacidade de pagar. Mais se apercebe o Aveirense, que essa despesa foi improdutiva pois não vê perspectivas de melhoria na performance do abaixamento do endividamento.

No dia-a-dia o Aveirense sabe isso porque o Banco não lhe perdoa o atraso nos pagamentos. Ele sabe, que protelar essa liquidação significa onerar os seus descendentes — pois pagando durante mais anos liberta menos verbas para quando os seus filhos necessitarem desse dinheiro. E, contra estes factos, nem todos os exércitos de Estaline, Mao, Hitler ou Ho-Chi-Min, ou mesmo a censura de Salazar podem nada.

Diz o senhor Presidente: a dívida deverá ser paga no mínimo em 4 mandatos; uma pesada herança. E pensávamos nós que este era um atributo Salazarento. Vamos esperar que descubram petróleo ou gás natural na ria!

Incapacidades. No primeiro ano nesta Assembleia Municipal eu era “maçarico” como nos tempos da tropa. No segundo ano de “Contas” fizeram de mim parvo. Não contem que fique “estúpido” no terceiro.

Desgraçadamente, no município mais propagandeado como tecnológico, estes documentos continuam a aparecer impressos — para desgosto dos ambientalistas e talvez favorecimento da celulose de Cacia. Será contrapartida por eles serem um contribuinte líquido da SIMRIA, uma vez que a CMA não consegue ligar-se ao sistema?

Um simples clique, talvez a compra a crédito de um pdf-maker, sustentariam a informatização destes documentos que hoje apreciamos. Mas a insistência no obscurantismo tecnológico é directamente proporcional ao estorvo na examinação destes documentos pela oposição. O gasto neste caso compensa.

Conclusão.

Em relação ao Relatório de Gestão continuamos com o mesmo parecer. E reforçamos agora neste último ano de mandato. Somos por uma Câmara responsável na sua gestão orçamental. Gerida com rigor e capacidade de controlo económico. Queremos uma Câmara com uma mais ampla visão estratégica para o desenvolvimento sustentável de Aveiro. Que não invista apenas em obras dentro do espaço urbano e de fachada, que não inverta as prioridades para com as freguesias e as habitações sociais.

Queremos muito melhor. Como deve ser e com um amanhã viável. Apesar destes documentos se tratarem de relatórios técnicos e referentes ao ano transcorrido, associados ao nebuloso futuro do município, evidenciado pela efectiva e descontrolada prestação de Contas e respectivo endividamento — o nosso voto é contra.”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Contas 2004 versus Orçamento para 2004.

Orçamento: 124 milhões de euros; Contas: 50,9 milhões de euros. Execução Global 41%.

Contas versus Plano Plurianual de Investimento: orçamentado para o ano 51,9 milhões de euros; executado no ano 12,9 milhões de euros. Execução 24,5%.

A uma execução global fraca corresponde ainda a uma pior execução do Plano Plurianual de investimentos.

Comparativamente com 2003, o grau de execução das receitas (53,9%) passou para os referidos cerca de 40%. Piorou a execução da receita em 2004 versus 2003.

Se as receitas diminuíram, qual foi a relação da Câmara, ou melhor, as receitas passaram de 84,3 milhões para os 46,6 milhões que referi. Se as receitas diminuíram, qual foi a relação

das contas da câmara com os munícipes: será que diminuiram as verbas cobradas pela Câmara aos aveirenses? Não senhor, não diminuiu. Subiram os impostos directos arrecadados. passaram de 17,8 para 18,3 milhões e os impostos indirectos passaram de 0,9 para 1,2 milhões. As taxas e multas passaram de 0,9 para 1,2 milhões!? Quer dizer que num quadro de diminuição das receitas, subiram as receitas que foram sacadas do bolso dos contribuintes aveirenses.

Se é menor a receita como é que evoluiu a dívida?

A frase crucial da introdução que o senhor Presidente fez ao Relatório de Gestão é no meu entender... «a dívida de curto prazo continua a baixar e a dívida bancária de longo prazo, baixou para os 51 milhões de euros». Esta frase, não sei se a palavra é forte se é fraca, mas é claramente uma falácia. É uma falácia quando se diz que a dívida de curto prazo baixou e a dívida bancária baixou. Está-se a insinuar que a dívida geral tenha baixado quando não se diz mais nada. E será que a dívida baixou? A dívida de curto prazo, tal como ela é expressa nos mapas, baixou de 31 milhões de euros, para 29,9 milhões de euros. 1 Milhão e 81 mil de decréscimo. A dívida de médio e longo prazo, pelos papéis, baixou: de 52,095 milhões para 51,588 milhões, ou seja, uma diminuição perto de meio milhão de euros. A locação financeira também baixou, de 37,53 milhões para 37,32 milhões, cerca de 200 mil euros de descida. Mas o factoring e os acordos de pagamento, qual foi a evolução? Subiram! De 4,497 milhões para 11,554 milhões. Ora, este elemento não é referido na introdução que o Senhor Presidente faz; pelas minhas contas, só relativamente à Câmara Municipal tínhamos 125 milhões em 2003; temos 130 milhões em 2004, ou seja, mais 5 milhões de euros – 1 milhão de contos! Era bom que o Senhor Presidente explicasse como é que tanto saldo positivo ou tanto resultado positivo conduz a um aumento da dívida de 5 milhões de euros.

O balanço deste mandato Senhor Presidente (estamos na altura de começar a falar disso) significa a duplicação da dívida relativa ao fim do último mandato. Portanto, claramente, esta câmara para aquilo que faz e certamente que faz alguma coisa — queima recursos próprios e recursos alheios; queima recursos de hoje e recursos de amanhã, hipotecando assim o futuro.

Só estamos a falar da dívida camarária. Porque falta certamente 26 milhões de contos (podia falar em euros, mas falo em contos). Mas é preciso juntar a esta dívida de 130 milhões de euros, mais 12,24 milhões de euros dos Serviços Municipalizados. E seria importante se nós soubéssemos rigorosamente como é que isto é. Porque se nós juntássemos a dívida da EMA, da PDA, do Teatro Aveirense, etc., nós temos uma dificuldade em conhecer esses elementos, mas esperemos que um dia nós tenhamos acesso a eles e possamos discutir.

Nós necessitamos de debater aqui a situação das empresas municipais: as receitas apresentadas pelo Teatro Aveirense em bilhetes e aluguer (segundo o último balanço), aluguer de salas, foram apenas 225 mil euros. Mas para despesas com pessoal foi de 363 mil euros — só despesas com pessoal!

Da EMA sabemos que compraram um calorífero da marca “x” por 222 euros (está no balancete); que adquiriram um telefone de marca “y” por 144,15 euros — é uma informação muito importante, mas não conseguimos descortinar no Balancete qual foi a receita angariada com a venda dos camarotes e dos lugares passivos no Estádio? Temos informação qualificada, mas aquela que eu queria não a consigo apurar — é uma chatice!

A propósito. A Câmara não pode continuar a fugir à comunicação social acerca da questão do protocolo com o Sport Clube do Beira-mar, em função da cláusula que estabelece a revisão a seguir a uma mudança de escalão. Seria bom que nós soubéssemos se a EMA angariou receitas que cobriram o subsídio ou a compensação (chamemos-lhe assim) atribuída ou não.

Era importante sabermos se foi pago ou não foi pago. Porque hoje ao que parece o Senhor Presidente da colectividade disse que esta em dívida tinha o apoio da EMA — e porque

sabemos que a câmara não pode subsidiar o futebol profissional. Porque se a EMA não angaria as receitas correspondentes ao dinheiro que entrega, isso será uma forma enviesada de apoiar o futebol profissional — coisa que nós não podemos permitir. Por isso vai ser necessário fazer uma discussão sobre a situação das empresas municipais e em particular sobre esta.

Depois fica alguma dúvida sobre a verdade das Contas.

Se virmos o exemplo da certificação legal das Contas dos Serviços Municipalizados, nós lemos no relatório do Revisor Oficial de Contas, que e passo a citar: - “do nosso exame, anotamos que a entidade (subentenda-se, os Serviços Municipalizados), não contabilizou algumas notas de débito emitidas pelos seus fornecedores relativos a juros de mora, por entender que as mesmas não são devidas — caso aquelas notas de débito tivessem sido contabilizadas o passivo seria aumentado em cerca de 200 mil euros e o resultado líquido diminuído na mesma importância.

Ora se o Revisor Oficial de Contas põe isto, é porque considero (e no parágrafo a seguir pode-se entender esse raciocínio), que há argumentos no sentido de que devessem ter sido incluídas. E há uma verdade questionável nas Contas dos Serviços Municipalizados. A mesma verdade questionável, no que diz respeito às situações que já aqui foram trazidas e discutidas dos procedimentos que há relativamente à emissão de débitos à Câmara, só após requisição, mesmo quando os serviços já foram efectivamente prestados. E também me fica a dúvida – não havendo aqui um relatório de um Revisor Oficial de Contas, se esta questão dos juros de mora se coloca também na Câmara Municipal ou não? Era importante ter a noção disso.

Demonstração de resultados. Não basta dizer que se teve um resultado líquido positivo... desculpem lá, aqui neste particular eu não vou por aí, vou por outro caminho.

Senhor Presidente, eu para além de considerações de outra ordem, eu queria que me dissesse, por favor, onde é que neste balanço está reflectido o encargo decorrente do acordo de pagamento assinado com a SOMAGUE de 5,4 milhões de euros?

E onde é que neste balanço está reflectido o contrato de factoring relativo à SUMA de 6,04 milhões de euros?

Eu não consigo (venha a ajuda do especialista), não consigo ver onde é que neste balanço estão inseridos estes 11 milhões de euros? E se estes 11 milhões de euros não estão, ou uma parte deles não está, então não pode falar de 800 mil euros de resultado positivo!? Tem de falar de muitos milhões de euros de resultado negativo deste exercício.

Para mim é uma questão central a intervenção da Câmara para o esclarecimento desta questão.”

Presidente da Mesa

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu perguntava ao Senhor Presidente, se ele reconhece ou não que o passivo, isto é, as dívidas de curto prazo estão cobertas só em cerca da quarta parte pelas receitas que a Câmara pode também obter a curto prazo? Portanto, gostava que o Senhor Presidente, realmente, para um passivo de curto prazo, cerca de 30 milhões de euros, a Câmara ostenta uma possibilidade de realização de apenas de 7,5 milhões de euros?

Depois gostaria também que o Senhor Presidente confirmasse se o Executivo na execução do Orçamento que trouxe a esta Assembleia, se cumpriu (nas minhas contas) tão só e apenas cerca de 35%?

A primeira questão que eu levantei do passivo de curto prazo não ser coberto pelo activo a realizar também nesse mesmo curto prazo, é preocupante. Porque traz a interpretação e a

conclusão óbvia de que, e isso é mezinho, mas muito importante – mezinho porventura para a Câmara, mas muito importante para os credores e fornecedores do município. Porque vêm desta forma as expectativas de receber realmente cada vez mais afastadas. Porque se a Câmara não encontra, não tem meios, e certamente ninguém vem pagar do seu bolso (há-de ser o município a cumprir isso), se não tem meios, as expectativas dos credores continuam cada vez mais pessimistas ou com a certeza de não ver alcançado o cumprimento dos seus créditos — que foi para isso que forneceu.

Quanto à segunda questão, para mim é também de suprema importância e gostaria que o Senhor Presidente me desse uma resposta concreta, porque na verdade esta Assembleia, com este tipo de procedimento e este tipo de execução, não há dúvida nenhuma é a conclusão que eu tiro e que me parece também óbvia: este parlamento anda a ser claramente enganado. Sem dúvida nenhuma!

Quando a Câmara aqui traz propostas de realizar um conjunto de feitos, num determinado ano, para os quais evidentemente como é regra disto, projectos, programas, como é sempre um Orçamento, não cumprir tudo mas cumprir por índices razoáveis. E quando a Câmara – como eu já venho aqui a dizer há muito, aqui traz um conjunto de obras que vai fazer e para as quais obtém autorização porque dela precisa e não pode executar o Orçamento sem pedir ordem a esta Assembleia, e depois realiza só 35% está manifestamente a postergar a escolha que esta Assembleia faz. Porque fez um saco muito grande e depois só apanha de lá os objectos porventura “viciados” que quer cumprir. Quer dizer: faz uma escolha que é só dela; deixa de ser deste parlamento. E portanto, nós queremos exigir que no futuro os Orçamentos sejam realistas. Que não sejam de pompa e circunstância e que este parlamento saiba aquilo que tendencialmente o Executivo vai cumprir; que assim manifestamente não sabe e portanto, os dados são viciados.

Ou então que o Senhor Presidente proponha. Já que agora tem a maioria do parlamento e se calhar porventura conseguirá através da negociação, porque o partido que representa terá essa habilidade, conseguir uma maioria parlamentar que altere a lei eleitoral e que acabe pura e simplesmente com as Assembleias porque afinal não estamos a fazer nada.

Portanto, nós não podemos estar nesse papel que não tem um desempenho e não tem uma palavra a dizer; que a lei lhe concede e que no fundo não se verifica.

Depois gostaria também de saber do Senhor Presidente, se realmente ele vê com esta dívida global, a que conduziu o Município de Aveiro, que como aqui já foi dito, duplica desde o último mandato. Se ele tem perspectivas de ver solvidas estas dívidas, mesmo que não faça outras despesas, em menos de vinte anos? Se tem programa mais curto, para fazer esses pagamentos?

E esta questão, terceira, que eu levanto, também não deixa de me preocupar e não deve deixar de preocupar os munícipes, porquê? Porque é que não deve preocupar os munícipes? Porque nós com isso constatamos que o Senhor Presidente gasta hoje; gastou é certo e às vezes diz-se assim: os munícipes não se interessam pelas dívidas que se geram e o que querem é ver obra feita! Mas o munícipe também deve estar atento a que estes gastos são desactualizados. Está-se a investir hoje aquilo que não se pode investir no futuro? Isto é, está-se a tornar que o investimento se torne desactualizado a curto prazo porque manifestamente não pode ser feito outro. Eu preferiria uma gestão, sem dúvida atrevida, que fosse um pouco além daquilo que são as receitas, mas a dinâmica do investimento deve ser comprometida no futuro, mas que fosse sustentada naquilo que é regra da sustentação. Que não fosse este exagero que só em vinte anos se consegue pagar.

Os munícipes ficam a saber por este Orçamento (penso que podem tirar esta conclusão), que têm o seu futuro hipotecado. Não têm o futuro, têm a modernidade hipotecada. E portanto, isto leva-me a outra questão: pois poderia ser que esta câmara tivesse a fazer este conjunto de investimentos, este gasto – porque o fez, fez este gasto, e que a máquina municipal

estivesse em crescendo. Isto é, fosse ela própria geradora de atracção e de receitas. E é-o! Eu claramente por este orçamento tenho de concluir que não, porque na verdade as receitas não aumentam, o que aumenta é de facto a despesa. O que aumenta de receitas são os impostos e a colecta derivada de infracções, porque de resto, esta câmara que tem imaginação para fazer despesa, não tem imaginação para a articular com um aumento de receita. A propósito disto de aumento de impostos, eu anuncio já que o CDS/PP está a pensar numa oportunidade próxima, em vir intentar com esta Assembleia, vamos ver se o consegue, reduzir a carga, tentar que a câmara aceite com razoabilidade, não vamos agora passar do oitenta para o oito, uma redução da carga fiscal. Porque a carga fiscal hoje é enormíssima. E é enormíssima agora, até a propósito deste novo imposto da taxaço das receitas derivadas do imposto municipal sobre os imóveis. É urgente que a formula no factor coeficiente de localização seja reduzida tendencialmente para o 1 (porque vai de 1 a 2), e quando como Aveiro fez – indicou coeficiente de localização que se aproximam do 2, só com esse coeficiente está a aumentar para o dobro a receita e a sobrecarregar os munícipes com colectas que, diz a lei, que o valor patrimonial deve ser tendencialmente 70% do valor real. Com a fórmula que a Câmara proporcionou através dos coeficientes de localização, os imóveis estão hoje a ser valorizados nessa avaliação que resulta de uma formula, em valor muito mais elevado, que aquele que é o real. Hoje compra-se um apartamento ou uma moradia por preço real mais barato do que aquele que resulta da avaliação da formula. Ora isso é manifestamente uma injustiça.

A propósito ainda do município só ter (e a Câmara) só ter imaginação para obter receitas não por atrair investidores ou por fazer qualquer outra coisa, designadamente através da criação ou do aumento de uma zona industrial — que o não fez. Tendo aqui uma universidade e tendo necessidade de fazer cá radicar e criar raízes os técnicos que esta universidade vem lançando e muito bem — o que faz é lançar impostos. Os munícipes certamente não se apercebem, mas há dias eu vi – não sei qual é a designação que até me parece à primeira vista uma inconstitucionalidade, que é uma taxa que existe na água, que é: “taxa da disponibilidade da água”. Não é a água que se paga é a taxa da disponibilidade da água!? Alguém saberá (eu não sei) o que é isso de taxa de disponibilidade da água?

Isto faz-me lembrar a colecta de má memória e que felizmente pelas organizações dos consumidores conseguiu ser afastada, e parece-me que as organizações dos consumidores andam, como nós, desatentas ao procedimento da Câmara.

As organizações dos consumidores já deviam ter, no meu entendimento, atacado este tipo de actuações. Faz-me lembrar aquela da taxa de ligação ou de activação do telefone que a Portugal Telecom teve, e muito bem, de restituir a quem lha pediu porque o tinha recebido. E eu pergunto se os munícipes não têm também esse direito de vir reclamar dos serviços municipalizados essa taxa da disponibilidade da água?

E quedo-me por aqui Senhor Presidente, portanto, num futuro próximo naturalmente voltaremos a este assunto, com propostas mais concretas para que de facto a Câmara modifique o sistema de colectas e que seja ela própria (isto até é pedagógico), seja ela própria a ter imaginação para gerir a economia do município de outra forma que não seja só aquela mais simples e directa de vir a obter receitas através dos impostos.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

B
“Eu queria referir aqui apenas uma questão e chamava a atenção do Senhor Presidente, para a página 47 onde se refere o endividamento – outras dívidas a terceiros. As dívidas às freguesias, a Freguesia de Oliveirinha aparece aqui como não tendo qualquer crédito. E eu quero aqui dizer solenemente que a Junta de Freguesia de Oliveirinha não aceita esta interpretação, Senhor Presidente. Porque do nosso ponto de vista formal e tendo por base

apenas o Orçamento do ano em análise, o ano de 2004, a Câmara de Aveiro deve 42 mil 830 euros à Junta de Freguesia de Oliveirinha — só tendo por base o Orçamento.

A Junta de Freguesia de Oliveirinha não regateia esforços na articulação das realizações com o município. Objectivando cumprir tarefas que em termos legais são competências próprias do município. E não falo aqui das diversas verbas avulsas, algumas delas até de anos anteriores que são resultantes de trabalhos executados pela Junta também em nome da Câmara. Senhor Presidente, obviamente, espero que também venham a ser motivo de acerto no futuro.

Reiterando: dívidas em 31 de Dezembro, Orçamento de 2004, verbas não pagas à Junta de Freguesia de Oliveirinha onde diz “zero” deve dizer “42 mil 830 euros”.

Vogal José Costa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quero em primeiro lugar congratular-me pelo esforço efectuado pelo Executivo e pelos funcionários da câmara, no sentido de apresentarem no segundo ano e com mais perfeição as Contas em termos do Plano Oficial de Contabilidade para as autarquias.

Esperamos que este esforço continue porque, digamos, ainda há algo a melhorar e seria bom que no próximo ano pudéssemos ter a “Consolidação das Contas” com as outras empresas municipais, com as quais a Câmara tem relações. E porque não, também a sua certificação? Acho que tudo o que tem a ver com credibilidade, embora custando mais alguns euros, vale a pena.

Saúdo também o esforço de contenção que foi feito ao longo do exercício, que efectivamente levou a uma diminuição das dívidas de médio e longo prazo da Câmara e das de curto prazo também.

É certo que quando se analisam as dívidas, e houve já algumas análises que foram feitas em jornais da nossa praça, nomeadamente utilizando o título “contra factos não há argumentos” — eu diria, contra números é que não há argumentos. E porquê? Porque os números estão nos relatórios e nos diversos documentos da Câmara. E por aí, portanto, digamos, não há política que resiste em ver de uma forma ou ver da outra.

É que a análise, portanto, já pode ser de alguma forma política. Nessas análises que foram feitas muitas vezes, fala-se em que é preciso uma vintena de anos ou muitos exercícios para se conseguir resolver a questão da hipoteca do futuro. Isto é um pouco desfigurar os números na medida em que quando estamos a analisar a dívida não podemos atender a somas quando as parcelas e a análise das parcelas é importante. Porque um leasing não é o mesmo que uma dívida a fornecedores — por mais que algum político se esforce por dizer que é a mesma coisa. Não é em termos analíticos e em termos de futuro, na medida em que um leasing em qualquer altura a Câmara se quiser pode resolver o contrato. Pode-se é depois, politicamente, criticar se essa resolução foi a decisão mais oportuna e a decisão mais racional, na medida em que se a resolução do contrato for feita num período em que a conjuntura é mais favorável que a actual, naturalmente que o volume de receitas é muito maior e numa situação dessas a decisão será uma boa decisão.

Por vezes a oposição parece que gostaria que a execução orçamental fosse igual a zero! Por que por um lado critica as obras; por outro diz que são poucas; e por outro lado diz que as dívidas são muitas e que devia haver mais obras para haver mais dívidas. Portanto é um pouco difícil, digamos, deste caos de raciocínio retirar algo, mesmo com esforço político.

Aquilo que aqui foi referido relativamente à questão dos resultados, a contabilização do factoring e da negociação do acordo com a SUMA, influencia os resultados? Portanto, isto não está correcto. Já que estas situações são situações que não têm qualquer efeito nos resultados da Câmara. Quando nós estamos a falar nos resultados só devemos olhar para a

Demonstração de Resultados, para esse mapa, e não misturar essa análise com a análise do Balanço. Portanto, cada coisa no seu sitio.

Portanto, nestas questões, quando nós queremos utilizar análises subjectivas para transformar números em factos estamos no caminho da demagogia ou da manipulação e isso não me parece correcto.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Esta questão da apreciação de um Relatório de Actividades e Contas, tem sempre a possibilidade de podermos ver esta questão como a do copo de água que está meio — de maneira que uns vêem o copo meio cheio e outros vêem o copo meio vazio. O que acontece é que neste caso nós temos realmente o copo vazio! É isso que acontece com as Contas da Câmara. E por isso, é complicadíssimo nós ou alguém querer-nos fazer ver num copo vazio, que o ainda tem água. E é realmente isto que se passa com as Contas da Câmara. E por isso, nós quando analisamos aqui as Contas, nós não ficamos contentes da dívida ser grande. Nós não ficamos contentes da execução orçamental ser baixa! Nós ficamos tristes como qualquer aveirense fica triste porque aquilo que nós gostaríamos era de ter obra. Era de ter a obra que se faz a ser paga, era de termos um município que vissemos andar para a frente e não andar para trás. Infelizmente o que vemos é um município com estes dados objectivos a andar para trás.

E por isso é que eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se não é verdade que os compromissos assumidos só em 2004, ou seja, as compras: - quando a Câmara foi às compras, comprou 87 milhões de euros? Se as despesas pagas não foram só de 47 milhões de euros? Ou seja o Senhor foi às compras, comprou 87 milhões, pagou 47 milhões e ficou a dever 40 milhões de euros, só em 2004 — o que é um novo recorde. E é a pergunta que faço ao Senhor Presidente da Câmara (disse que está à disposição para responder às perguntas que nós lhe colocamos). Senhor Presidente da Câmara, não é verdade que é um novo recorde de não pagamento e de incumprimento perante fornecedores os 40 milhões de euros; metade das compras que fez não as pagou? E também não é verdade que o ano passado, já nós aqui preocupados tínhamos dito que no ano passado não tinha pago um terço das compras que fez? Ora vejam lá, estávamos nós preocupados só porque não tinha pago um terço em 2003, quando agora não paga metade!

Felizmente espero não ter que em 2006 dizer-lhe que em 2005 continua a fazer a mesma coisa; felizmente espero que haja um novo Presidente de Câmara.

Esta receita de 46, 47 milhões de euros não é diferente das receitas que tem tido nos anos anteriores e por isso não é novidade nenhuma. O que é novidade é realmente como é que alguém já há dois mandatos à frente da Câmara Municipal de Aveiro, obtém somente um terço da sua receita estimada. Bom, podemos dizer: lirismo! Eu preferiria ficar então pelo lirismo. O Senhor Presidente é um lírico. Ainda acredita em fadas, ainda acredita em milagres, quando a nossa vida de todos os dias, os milagres não aparecem da maneira que nós queremos, nem quando nós queremos.

Outra reflexão que eu gostaria de fazer e de perguntar ao Senhor Presidente é se não acha que estamos a hipotecar demasiado o futuro do nosso município, quando as receitas que nós conseguimos angariar num ano são para pagar despesa anterior e não a despesa do ano de referência, neste caso, de 2004.

Eu dou-lhe vários exemplos (logo nas primeiras páginas). Aquisição de Bens e Serviços, Rubrica Geral. Na aquisição de bens e serviços, compromissos que foram de despesas pagas são 8 milhões de euros. O que é que ficou por pagar? 14 Milhões de euros! Ou seja, só pagou um terço daquilo que era suposto pagar. E aquilo que pagou dos 8 milhões de euros de

aquisição de bens e serviços, 3 milhões eram referentes a exercícios anteriores; nem sequer eram do exercício próprio.

Do exercício deste ano de 2004, a única despesa que pagou foram 4 milhões de euros — ou seja, metade! Metade do montante das receitas que recebeu foram para pagar despesas de anos anteriores.

Limpeza e Higiene. Em todas que sejam de aquisição de serviços, encargos de instalações, acontece sempre isto: há sempre os compromissos por pagar. São sempre muito maiores do que aquilo que foram as despesas pagas. E as despesas pagas referem-se a exercícios anteriores nunca a despesas do próprio ano. Isto é impossível!? É impossível algum município, alguma empresa – acho que é insustentável, estar-se a pagar dívidas de 2003 em 2004, e as dívidas de 2004 são para pagar sabe-se lá quando.

E por isso estas folhas que nos mostra, com esta letrinha pequenina, são inúmeros exemplos: Recolha e Tratamento de Resíduos Urbanos (outra que aqui está) – compromissos por pagar 7,5 milhões de euros; despesas pagas, não chega a 1 milhão. Daquilo que não foi um milhão, quanto é que pagou de anos anteriores? Quase tudo! Exercício corrente 200 mil euros. Uma insignificância! Aquilo que paga do exercício corrente é uma insignificância porque são dívidas dos anos anteriores. Eu não vou maçar mais esta Assembleia com estes números e vou passar estas folhas à frente, porque ao contrário daquilo que pensam não é com agrado que eu vejo estas coisas. É com muito desagrado que vejo o nosso município a andar para trás.

Todas estas reflexões que eu estou a fazer são perguntas que eu estou a fazer ao Senhor Presidente da Câmara: é que me diga se aquilo que eu estou a dizer não é verdade? Porque é para isso que o Senhor Presidente da Câmara serve; é para nos dizer, contra-argumentar com os números que estão aqui e que eu acabei de ler. É que às vezes o Senhor Presidente, quando nós não estamos presentes, vem para ai dizer algumas coisas e que nós não temos possibilidades de refutar. Por isso estou aqui a dizer à sua frente, refute se fizer favor para que nós todos aqui possamos de uma vez por todas confrontar os Aveirenses com estes números que não são inventados por nós.

Dizia o Senhor Presidente da Câmara, no ano passado, “que pena que nós agora, não temos a possibilidade de contrair empréstimos para podermos investir em habitação social. Este governo não deixa”. Pois é, basta olhar para o mapa dos empréstimos e o que é que nós verificamos no mapa dos empréstimos. Verificamos que os encargos que esta Câmara tem com o INH não os cumpre. A dívida ao INH tem aumentado! Os compromissos que foram assumidos com os fogos de Santiago, com os fogos de Eixo, com os fogos de Mataduchos, com os fogos de S. Jacinto, são encargos bancários que esta Câmara não está a pagar.

E a pergunta que eu coloco é: porquê? Então, tanto interesse na habitação social, tanto interesse pela solidariedade (isto nos jornais, quando nós não estamos presentes), mas agora pelos vistos nem sequer paga aquilo que são os compromissos e são dos mais baratos. Porque é que esta dívida se continua a avolumar? Neste momento devia ter pago quase 900 mil euros deste ano e não pagou! Mas vem-se queixar que o Estado não permite que haja investimento em habitação social. Olhe, no nosso caso digo, ainda bem. Se é para isto! Se se queria endividar em habitação social para isto, então ainda bem que isso não acontece.

Dívidas a Terceiros. Há muitas que já vêm de 2002. Por exemplo, viagens da agência Abreu já vêm há não sei quantos anos; livros comprados à Byblos também já não sei quantos anos; dívida ao INEM, há três anos que a mesma dívida continua a surgir. E agora, engraçado: é que quando se olha para estas dívidas verificam-se aqui uma dualidade de critérios, e eu só vou dar dois exemplos. É que às empresas aveirenses a dívida aumenta; às empresas que não são aveirenses, não sei se têm outra pressão, se exercem outro género de influência, o que é um facto é que as dívidas às outras empresas fora de Aveiro sobem e descem. Às aveirenses sobem sempre!? E eu vou dar alguns exemplos para que me possa refutar: vamos à imprensa

que é um assunto que eu acho que se calhar pode ser sensível. A imprensa regional tem as suas dívidas sempre a aumentar — veja a dívida ao “O Aveiro”; veja a dívida ao “Diário de Aveiro”, está sempre a aumentar. Agora veja em contraste o que acontece com a dívida ao “Público” — sobe, mas desce. Veja o que acontece à dívida com o “Diário de Notícias” — sobe, mas desce. Porque é que as empresas aveirenses têm as suas dívidas sempre a aumentar e outras empresas que não são sedeadas em Aveiro, as suas dívidas aumentam e diminuem? Dêem-me exemplos ao contrário, fale das suas dívidas também, converse conosco sobre as suas dívidas. Já lhe dei o mote, faça o favor.

Mas quer outro exemplo: olhe, a companhia Aveirense de Viação — porque é que as dívidas estão sempre a aumentar? À empresa CAIMA já não — aumentam, mas diminuem!

Vejam por exemplo a dívida à SOMAGUE. Porque é que a dívida à SOMAGUE neste momento é zero? Acho ótimo, ainda bem que é zero. Mas porque é que a dívida à SOMAGUE é zero e as outras não são. Pagou a dívida do ano passado, acho ótimo. Desse o exemplo para todas as outras; não deu! Gostava de saber porque é que não deu?

Dívida à ACASA 1 milhão de euros; dívida ao INH 1,7 milhões de euros; dívida à ADSE 0,5 milhão de euros; dívida à Paróquia da Glória — disse aqui o Senhor Presidente da Câmara (jurou aqui na Assembleia), que o Carnaval tinha as dívidas pagas. Aparece aqui uma dívida? Não é o Carnaval! Então explique porque é que é esta dívida que tem aqui à Paróquia da Glória se não é ao Carnaval a que é que é? Faça favor, depois o Senhor Presidente que está disponível para nos esclarecer, era um dos assuntos que gostaria que nos esclarecesse.

Gostaria também de perceber e é mais uma pergunta, e gostaria mesmo de perceber, porque é que aparece um endividamento de médio e longo prazo à SUMA, que agora desapareceu, de 4,5 milhões de euros — e agora aparece um endividamento de contrato de factoring de 6 milhões de euros? Ou seja, há uma passagem de uma dívida da SUMA de 4,5 milhões de euros para 6 milhões de euros; porquê 1,5 milhões de euros a mais? Não sei se são juros se não, gostava é que o Senhor Presidente da Câmara dissesse o que é que é.

Passando agora para os Serviços Municipalizados, que também fazem parte da Câmara Municipal de Aveiro. A ETAR de Aveiro debita anualmente 2,3 milhões de metros cúbicos de tratamento de esgotos domésticos; de esgotos domésticos. Tratamento não sei, porque daquilo que o Senhor Presidente já disse aqui nesta Assembleia há muitos problemas com esta ETAR. Ou seja, a maior ETAR de Aveiro, a maior de longe, tem problemas e que debita esta quantidade de metros cúbicos, 2,3 milhões de metros cúbicos por ano não funciona bem!? Ou seja, é um esgoto a céu aberto! Como é que relaciona e como é que consegue conceber que uma parte da cidade tenha um esgoto a céu aberto quando do outro lado anda a alindar (acho muito bem que faça isso). Agora, acho bem que faça isso não em detrimento de outros espaços ambientalmente completamente degradados. Custa-me que estes assuntos venham aqui e tenham tratamento diferente por parte do nosso Presidente da Câmara, talvez um esteja mais visível e o outro esteja muito mais encapotado, escondido.

E gostaria determinar, só dizendo e só citando uma frase. E a frase é esta: “é volátil a memória política de muitos.”

Quem a diz é o nosso Presidente da Câmara. E realmente, mais à frente afirma “os principais indicadores de gestão financeira são tranquilizadores”. Eu também acho que quando escreveu uma frase já se tinha esquecido da outra e já se tinha esquecido do Relatório, e já se tinha esquecido do Relatório de Actividades e das Contas. E eu acho que se esquece completamente dos Relatórios de Actividades e das Contas quando faz os Orçamentos.

Eu acho que se está sempre a esquecer. Eu acho que realmente é um esquecido! Mas agora eu percebo que é um esquecido e que assume. É um esquecido mas assumido — “é volátil a memória política de muitos.” É pena, porque fala realmente em causa própria. E realmente

esta amnésia que tem, realmente é sua, mas também é de todos aqueles que o sustentam politicamente. Mas democraticamente cá aceitamos esse desgoverno que nos preocupa e que continua a levar mais para o abismo o nosso município. Felizmente que para os Aveirenses brevemente poderão dizer basta — e espero que esta “memória volátil política de muitos” não tenha contagiado os municípios Aveirenses. Tenho a certeza que não.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Estamos nesta Assembleia a avaliar e a analisar os documentos que de alguma forma numérica e também descritiva correspondem à actividade do executivo camarário no ano de 2004. E depois de ouvir todas as pessoas que falaram sobre este tema, eu acho que a discussão entrou por um caminho muito redutor.

Basicamente o que é que disseram as oposições ao executivo camarário. Disseram em primeiro lugar que a Câmara de Aveiro, Serviços Municipalizados e outras Empresas da sua área de influência, participadas ou detidas a 100%, atinge 21 a 22 milhões de contos – se excluirmos obviamente como deve ser excluído o leasing. Porque de facto não é uma dívida do mesmo tipo. E disseram que a taxa de execução do ano passado foi de 41%. O problema está e vamos escarpelizar isto politicamente e bem: porque é que existe a dívida? E a dívida só existe, e tem de facto estes valores (e tem até de alguma forma aumentado), existe porque este Executivo não se limitou a fazer uma gestão paroquiana e de merceeiro das receitas e das despesas correntes. Este Executivo fez obra. E as obras custam dinheiro. E existe aquele dilema fundamental de todas as pessoas que estão na governança pública que é o eterno “trade off”, a eterna escolha que tem de ser feita sempre entre impostos e taxas por um lado e por outro lado os empréstimos.

Isto é, não haveria dívidas se não houvesse empréstimos ou efectivamente, se tivesse pago tudo e podia-se ter pago isso tudo, se tivessem aumentado as receitas – taxas e impostos. É o eterno problema de quem deve ser onerado pelas obras que são feitas. Deve ser a geração actual ou deve ser a geração futura? Deve haver uma repartição equilibrada entre a geração actual e a geração futura? Quem é que vai usufruir de uma obra, como muitas obras que foram feitas em Aveiro? Quem é que vai; somos só nós? Nós estamos, como a oposição gosta de dizer, a hipotecar o futuro ou estamos a construir o futuro? E então se estamos a construir o futuro, não será também correcto que aqueles que vão viver nesse futuro tenham de participar nos custos das obras que fizeram a construção do seu futuro?

A oposição fala muito, fala que a dívida é grande, mas ainda não ouvi aqui a oposição dizer que uma das tais obras que deu origem a esta dívida não deve-se ter sido feita. Mais... o que eu ouço aqui em todas as sessões é que é preciso fazer mais obra; é preciso fazer aquilo, não é transferir dinheiro para isto, não é transferir dinheiro para aquilo. Hoje, culminaram nisso! A execução orçamental foi só de 41 %. Imaginem, a dívida atingiu este valor com uma execução de 41% imaginem se fosse 100%. Com o mesmo nível de receitas onde é que iríamos buscar o dinheiro. Só se criasse um “porco” desses que se gosta para ai de se ter, e fosse ali para a rua e se assaltasse uns transeuntes e se dissesse: olhe este dinheiro é para as obras que a oposição quer que a Câmara faça.

A oposição fala de números dramáticos. Bem, alguns descaiu-lhe a boca para a verdade e falaram de um ano dramático. De facto foi um ano dramático. De facto, este ano a que se refere esta prestação de Contas foram anos dramáticos para o nosso país. Basta ter olhado para quem estava à frente do governo no nosso país durante este tempo. E não foram só dramáticos; digo-vos eu que ando para aí todos os dias a apanhar pancada, como dizia uma pessoa que é grande neste país: “venho da rua cheio de facadas”. Vão ai pelas empresas, vão ai por essas coisas todas... aliás, a resposta mais cabal que foi dada, a que se o ano foi um ano dramático ou não, foi a resposta que os portugueses deram nas urnas da última vez

que foram votar. E será a resposta que os Aveirenses vão dar a esta dívida que a oposição fala nas próximas eleições, quando forem chamados a votar, sobre se valeu a pena ou não valeu a pena — que isso é que é importante. Ter-se feito obra e ter-se atingido esta dívida. Vamos ver! E estou quase como o outro: até lhe dou um “handicap” de 20% para o senhor não perder por muitos.

No entanto, pode pairar por quem esteja menos atento a estes problemas que efectivamente existem nuvens dramáticas, dramas. De facto a dívida tem restrições e apresenta restrições, mas não é fundamental. O que é fundamental numa dívida não é o seu valor absoluto, mas sim a avaliação da capacidade para no momento em que se vençam efectivamente as prestações, os compromissos emergentes dessa dívida, haja dinheiro para os pagar. Isso é que é importante.

E não se esqueçam, e a oposição se fosse uma oposição construtiva poderia dizer que estes documentos apontam também para determinadas vias que são importantes e que podem resolver e consolidar este problema a curto prazo. Algumas dicas: sendo certo que no curto prazo vai haver algumas alterações por reajustamentos que vão ser absolutamente necessários em virtude da desbragada aplicação das taxas de IMI que estão a ser aplicadas e, portanto, temos de contar que aí a um ano, dois anos, obviamente vai haver acertos e não podemos contar com o aumento que tem sido a nível dessas receitas. Sendo certo que no nosso município ainda é necessário fazer muitos investimentos prioritários e particularmente descentrar esse investimento. Isto é, construir alguns equipamentos e fazer algumas melhorias como o senhor Armando Vieira gosta muito de dizer. Não nas áreas centrais da cidade, mas nas áreas menos centrais da cidade. Temos aí portanto duas restrições adicionais. Isto é, temos aquelas que temos, mais estas. Mas se olharem bem para estas demonstrações de resultados e para esses relatórios de gestão, vocês verificam que Aveiro se tornou numa cidade muito atractiva, vejam aí nos números. As maiores receitas correntes já são as emergentes da actividade económica, nomeadamente as derramas! E se calhar é por aí que nós temos que ir.

E é por aí que estamos a ir porque hoje em dia para se fixar quadros, para fixar empresas, é preciso ter uma quantidade de infra-estruturas que custam dinheiro à partida, mas que obviamente no médio e longo prazo vão dar resultados.

É obvio que me poderá dizer assim o Senhor Armando Vieira, que mais vezes do que outros tem falado nisso, é obvio que também temos de reforçar a participação e a força do nosso município a nível industrial, nomeadamente a nível do reforço da oferta ao nível dos parques industriais — é por aí que devemos ir, mas muito tem sido feito. E há aqui uma outra coisa. Nós temos ido se calhar por um modelo de desenvolvimento de comércio que se calhar é preciso agora alterar ligeiramente, mas é por aí basicamente: E obviamente haver uma grande protecção, como deve haver, uma grande protecção ao comércio tradicional.

Mas aí ficam duas dicas para pensarem que basicamente esta solução deste problema tão dramático, se calhar, para três ou quatro pessoas, que queiram estudar estes assuntos. Demora a planear, para ser resolvido nos próximos anos, uma, duas tardes. Fica planeado e obviamente é só depois por em prática uma série de medidas nomeadamente, como eu digo neste campo económico, que são fáceis agora de colocar, vejam as atracões de empreendimentos turísticos, de lazer, etc., que estão a vir para aí e que vão obviamente gerar receitas no futuro, que vão equilibrar isto tudo. Mas nunca viriam se Aveiro fosse uma cidade que não lhes fornecesse um certo número de infra-estruturas básicas, que obviamente as pessoas gostam e certamente essas infra-estruturas ainda têm de ser necessariamente reforçadas no futuro para que a centralidade de Aveiro, dentro da região centro do país, passe esta força de expressão, seja reforçada.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu fiquei um bocado surpreendido com a Derrama, porque em 2002 quando aprovámos aqui as Contas, a Derrama de 2001 foi de 7 milhões de euros. Depois baixou para metade praticamente e o Senhor Presidente da Câmara aqui veio dizer que era o Governo, que isto estava uma desgraça, que era culpa do Governo. Eu até posso acreditar e até aceitar como verdade que realmente o Governo não governou bem e por isso foi penalizado. O que me espanta é que agora os 5 milhões que apareceram da Derrama sejam atribuídos não à recuperação económica, que eventualmente existiu e que aparentemente existiu, mas sim à vinda de novas empresas!? Quer dizer, as empresas que estavam cá deixaram de dar lucro?”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O Dr. Raúl Martins veio aqui em final de intervenção deixar umas dicas para as oposições. Muito bem! Tomei nota com muito interesse, mas fica-me uma dúvida: - será que o Dr. Raúl Martins se esqueceu de dar as dicas em início de primeiro mandato, início do segundo mandato, ao seu executivo e ao seu partido; ou tendo dado as dicas, o partido ou o executivo não ligaram peva às dicas que então deu?”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Com muita serenidade eu ouvi aqui o Dr. Raúl Martins (que não me leve a mal), mas já o vi fazer intervenções menos forçadas. Via-se nitidamente que ele estava a forçar a sua própria consciência. Mas afirmou aqui (e eu quero que ele me confirme), disse, que não viu aqui ninguém contestar os investimentos feitos. E eu quero que me diga se ouvi bem? Porque por exemplo eu contestei sempre o investimento no estádio e continuo a contestar. Eu continuo a contestar o investimento feito no estádio! Sempre contestei e continuo a contestar. Já agora, por troca de ofertas de dicas, eu quero dizer à bancada do Partido Socialista e ao senhor Presidente da Câmara, dar uma dica: conhecem o concelho da Chamusca gerido por um autarca do PCP? Se não conhece faça o favor de visitar e veja uma exemplo de como se gere bem um pequeno concelho com pouquíssimos recursos e aplique em Aveiro esse mesmo princípio.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“De facto o respeito pelos meus colegas de bancada fazem-me responder, esclarecer, já que as perguntas não foram feitas para eu esclarecer. As perguntas foram feitas para eles próprios se ouvirem a dizer uma série de coisas.

Quanto ao Senhor Granjeira. De facto o que ele diz é verdade. O grande problema é outro. E comparativamente aos outros municípios nesse ano, comparativamente à média nacional, qual foi o valor mais frequente? Qual foi a moda?

Quanto à dúvida do meu querido amigo e candidato à Câmara Municipal, o Sr. Dr. Salavessa, o que eu queria dizer com todo o respeito: embora não pareça eu também usei calções — mas usei calções antes de usar calças. Já foi há uns anos; 50 anos. Usei calções e depois passei a usar calças. No desenvolvimento dos municípios também é assim. Primeiro são os calções e depois são as calças — e agora, se calhar, como dizem os brasileiros, temos de comprar um terno e umas gravatas.

Depois venha lá o exemplo da Chamusca. Vamos ver se a Chamusca tem uma taxa de saneamento superior à de Aveiro?

Ao meu amigo Armando Vieira eu sempre lhe direi uma coisa. O Senhor Armando Vieira diz agora que foi sempre contra a construção do estádio. É obvio que o estádio foi um investimento brutal em termos de um município como Aveiro. Não foi só o estádio, foi o parque de feiras, bem... não vale a pena estar a falar dessas coisas que foram feitas senão ainda vão dizer que eu estou já a fazer campanha eleitoral e ela é só lá para a frente.

Mas se o Senhor Armando Vieira diz que foi contra o estádio diga-me: então e o senhor votou aqui por unanimidade (com os outros todos) para fazer o estádio? E agora o senhor diz assim: eu votei a favor para fazer o estádio, não votei é para o pagar. É esta a situação! Ou melhor, não foi isso que disse, disse “eu não votei é nas fontes de financiamento”.

Estavam à espera que se fizessem um estádio, mas era a vereação que ia ali para a rua tipo “Zé do telhado” que agora está muito em voga, e arranjava o dinheiro para o estádio.

E eu então digo assim: eu não quero um estádio, quero três estádios! E por aqui me fico. Embora lamente que de facto uma actividade de uma Câmara como esta, seja avaliada de uma forma tão superficial: 41% de execução; dívida total de 21 milhões de contos.

Eu fico triste como Aveirense. E é uma pena que a oposição ao Executivo em Aveiro seja tão fraca porque de facto o que faz forte o Executivo são as oposições fortes.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Relativamente à intervenção do Dr. Raúl Martins o que eu posso dizer, como se costuma dizer, “cada tiro cada melro”. De facto, defender o impensável deve custar mesmo muito! Vou-lhe ser franco e brincando consigo, não me leve a mal, mas não seria uma visão muito agradável vê-lo em fio dental, depois dos calções e das calças — da maneira como isto está talvez tenha que chegar a isso!?”

É de facto um trabalho ingrato e “cada tiro cada melro”. Cito uma das frases que disse: “o que é fundamental na dívida é que no momento em que ela se deva, seja saldada e esteja saldada efectivamente.”

Então pergunto: porque é que existem tantas dívidas de mais de dois anos a fornecedores para serem pagas?

Que conste então que o líder parlamentar do Partido Socialista acabou de reconhecer a falência do próprio município e a falência das suas políticas. Relativamente a si está o caso arrumado.

O Relatório de Actividades e a Conta de Gerência são mais que uma vez o reflexo de uma gestão com a qual não concordamos e com a qual não podemos compactuar. Com taxas de execução na ordem do 40% face ao que estava previsto das duas uma: ou se pretende transformar o documento Orçamento numa panóplia inconsequente de intenções, transformando-o num mero documento propagandístico, ou se pretende com ele dar lugar a um instrumento prático de implementação de uma estratégia de planeamento e neste caso sai rotundamente abalado, quando como se comprova apresenta planos incumpríveis.

As GOP's foram (como se veio a constatar), na sua maioria, Grandes Opções do Plano e Orçamento virtuais; como tínhamos alertado.

Os vários projectos vêm de ano para ano a ser lançados à comunicação social, como sendo permanentemente novos, repetindo-se à exaustão as mesmas obras que teimosamente tendem a nunca mais acabar por falta de verba — ou ao invés a terminar em momentos bem precisos e determinados.

Reflecte a realidade aqui descrita o texto descrito pelo Senhor Presidente da Câmara na introdução das Grandes Opções do Plano de 2004, quando diz no ponto 4 – “será concluída a remodelação do mercado Manuel Firmino”. No ponto 5 – “começar a recuperação da casa Major Pessoa”. No ponto 6 – “Ferry-boat para S. Jacinto entrará em actividade”. No ponto

7 – “nos canais urbanos os táxis marítimos farão a sua estreia”. No ponto 8 – “começar-se-ão igualmente os novos pavilhões de Nossa Senhora de Fátima e de S.ta Joana”.

Estes são excertos que não estão fora de contexto da introdução que seriam as GOP para 2004.

Factos são factos. É obvio que algumas das obras teriam que ser efectuadas caso contrário seria o escândalo. As virtualidades dos orçamentos vêm a comprovar-se ser mais forte do que a sua realidade. Relembro que estamos unicamente a referir-nos ao que é mencionado na introdução das GOP 2004. Numa análise às dívidas às empresas, relevante é o número de débitos superiores a um ano. Compreendemos que a Câmara esteja com graves problemas de tesouraria. O que não compreendemos é que por causa desses problemas sejam os fornecedores a pagar os custos! Já basta que os custos financeiros sejam pagos pelos fornecedores. É preciso resolver esta situação com a máxima urgência.

Estamos próximos de eleições autárquicas, estou certo de que agora as obras que têm andado para aí aos bochechos finalmente irão terminar. A cidade vai ficar certamente um brinquinho, mas perguntamos: à custa de quem e de quantos?”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O Sr. Eng.º Carlos Valente certamente desconhece um rácio que é fundamental na análise do pagamento da dívida, que é o rácio do prazo médio de pagamento. E de facto, o prazo médio de pagamento que a Câmara de Aveiro tem inscreve-se dentro daquilo que são os valores (no meu entender) bastante altos, mas que existem na maior parte dos municípios portugueses. Basta apenas comparar o orçamento das receitas correntes e as dívidas correntes que efectivamente estão no princípio e no fim do exercício — se quiser calcular a média.

Portanto se há dívidas que estão por pagar há dois anos, significa que parte das outras dívidas é paga há muito menos do que os seis meses. Eu sei que isso é muito confuso para si, mas tente-me acompanhar neste raciocínio simples que é assim: a dívida média corresponde a 50%, por exemplo, das receitas correntes, ou seja, o prazo médio de pagamentos é de seis meses. Se há dívidas que demoram dois anos a serem pagas quer dizer que há outras que estão a ser pagas a um mês e a dois.

Embora se calhar hoje não seja muito politicamente correcto, a verdade é como a cortiça “vem sempre ao de cima”.

Vogal António Granjeira (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O que eu gostava de saber só, é: se está tão preocupado com prazos médios de pagamento tão altos e se por acaso está preocupado e se sabe também a média ou a forma, se sabe o critério objectivo do pagamento das dívidas pela Câmara de Aveiro? Se tem dados sobre isso?”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O que lhe posso dizer é aquilo que lhe respondi. O prazo médio de pagamentos inscreve-se dentro do prazo médio de pagamentos normal dos municípios portugueses, que é cerca de 6 meses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu vou então tentar esclarecer os Senhores Deputados e gostava de começar por dizer ao Prof. Manuel Coimbra que agradeço muito ter-me citado. De facto eu quando escrevi que é “volátil a memória política de muitos”, estava a inspirar-me provavelmente no Prof. Manuel Coimbra, porque ele fez aqui um exercício de amnésia notável e difícil de fazer para quem leu com tanta atenção e com tanta preocupação os textos que foram distribuídos.

E por isso, porque é volátil a memória da oposição, está mesmo a ficar etérea e de facto fazem uma tábua rasa sobre tudo aquilo; passam uma esponja sobre tudo aquilo que foi feito. Vale a pena recordar alguns factos e eu até me apetecia fazer como o Dr. Granjeira seguir as notas que aqui tenho, vou tentar não o fazer.

Mas nós fizemos este ano de 2004 um avanço muito importante na rede de saneamento e temos uma taxa mais alta mesmo que a Chamusca, que equivale a uma Freguesia como Aradas. Eu acho que o exemplo da comparação com a Chamusca, com todo o respeito e consideração que me merecem as gentes da Chamusca, é um mau exemplo. Não temos nada a ver. Essa comparação fica com o Senhor Armando Vieira, mas não serve para efeito nenhum. Mas sobretudo mais do que a Chamusca, eu queria dizer que este ano, nós fizemos chegar o saneamento a Nariz, à Rua Direita, à Rua Prof. Gelásio Rocha, à Rua Prof. Belarmino Nunes, à Travessa da Escola, à Vessada, à Verba, à Freguesia da Nossa Senhora de Fátima, no Mamodeiro na rua da Igreja, a Rua de Santo António, Rua de Aveiro, Rua Direita, Rua da Bica, Rua da Ribeirinha, Rua das Quintas, à EN 235, na Póvoa do Valado, a Rua das Caves, à Rua do Cumeeira, à Rua do Ramal, à Rua do Cumeeira de Cima, à Rua das Escolas, à Rua do Bocho, à Rua Direita e com isto e com o que temos vindo a fazer na rede de saneamento, nós tínhamos quando eu cheguei à Câmara (Senhor Prof. Manuel Coimbra preste atenção para não se esquecer mais), 150 quilómetros de colectores de saneamento, temos hoje 315 quilómetros de colectores de saneamento; mais do que duplicámos. Temos uma taxa de cobertura da população e de serviço da população aveirense de cerca de 90% e vamos chegar ao fim, assim que conseguirmos fazer Oliveirinha e o Senhor Armando Vieira está comigo nesse processo, com 98,5% que é a maior taxa dos municípios portugueses. E isto não são freguesias centrais, são freguesias periféricas.

“2004 foi um ano em que nada se fez além da rede de saneamento”. Por exemplo, inaugurou este edifício onde estamos (da Capitania), não tem certamente importância nenhuma. Inaugurou-se também a Praça do Peixe, depois das obras de requalificação. Inaugurou-se a pré-primária de Verdemilho, procedeu-se à requalificação do espaço público, inaugurou-se o Parque da Fonte Nova. Aprovámos o Plano de Pormenor do Parque e o Plano de Urbanização da Polis, - deviam ter lido a introdução, porque esqueceram-se disto tudo.

Prosseguiu o plano de repavimentação de arruamentos em todo o Concelho e para quem está esquecido, eu também gostava de lembrar só alguns casos: pavimentação do arruamento envolvente às Agradas do Norte, a construção da faixa de aceleração da 109, a reparação do pavimento na Rua Caçadores 10, a requalificação de pavimentos na Freguesia de Cacia, a requalificação da travessia hidráulica na rua Amador Costa em Nariz, a pavimentação da Rua João Evangelista Vidal em Santa Joana, a requalificação da Viela das Gatas em Eixo, a reparação de pavimentos que liga a circular de Esgueira a Mataduchos, a pavimentação da Rua da Pinheira em Aradas, a repavimentação da Rua da Junqueira em Cacia, as águas pluviais e a travessa da Rua Cónego de Maio em São Bernardo, a pavimentação de arruamentos na Freguesia da Vera Cruz, na Rua João Mendonça, na Rua Jorge Lencastre, na Rua António Benta, na Rua do Arco. Em São Bernardo a Rua Dom João Evangelista, a Rua Carlos Capela, a Travessa dos Barreiros, a Rua Nossa Senhora da Saúde, a Rua do Ramal, a Rua do Forno, a Rua Prof. Canha, o estacionamento do cemitério (estas são todas em São Bernardo). Depois a estrada de Taboeira e a Quinta do Loureiro, em Aradas a Rua

das Cavadas, a travessa das Cavadas, a Rua das Carreiras, a Rua do Maquistão. Em Esgueira o Chão-dos-Carvalhos, por aí fora.

Bem, eu poupo-vos a mais meia hora de enunciado de arruamentos. Eu esperava ver uma reacção de satisfação por tanto trabalho feito! Esperava ver! Mas sinto-vos incomodados, não sei porquê! Mas eu vou deixar os arruamentos porque ainda tinha muitos para dizer e vamos continuar a fazê-los.

Depois queria lembrar-vos também que 2004 foi o ano em que arrancámos com a recuperação do mercado Manuel Firmino que está à vista. Foi o ano em que se construiu o túnel da estação, que entrará em funcionamento dentro em breve, está quase pronto, 2004 foi o ano em que constituímos a empresa de mobilidade, a “MoveAveiro”. Foi o ano em que a EMA, que foi aqui referida apresentou resultados de exploração positivo, em que não foi necessário que a Câmara transferisse para a EMA nenhuma verba de apoio à exploração, vale a pena lembrar isto, que os Senhores Deputados também querem esquecer.

Foram transferidos no ano de 2004, Senhor Deputado Manuel Coimbra os quinhentos mil euros que constavam do protocolo com o Beira Mar. Foram transferidos.

Foi o ano em que constituímos a empresa para a gestão do Parque de Feiras, numa parceria com a AIDA, como é sabido. Foi o ano em que pela primeira vez, desde há muitas décadas, nós conseguimos concentrar os serviços técnicos da Câmara num único edifício, com os evidentes ganhos de funcionalidade e melhoria de prestação de serviços que isso acarreta. Foi o ano em que continuámos a investir muito na formação, na promoção e na progressão das carreiras dos nossos funcionários e colaboradores. Temos um balanço social que é bastante mais qualificador do que era antigamente. Temos neste momento quinhentos e setenta e um funcionários, com uma taxa de formação superior que é agora de quase 20%, era de 18,5% em 2003, saíram trinta e quatro funcionários e foram admitidos onze. Foram feitas vinte e três promoções, cento e setenta e nove progressões e vinte e uma reclassificações. Mas é bom que estas coisas sejam ditas e lembradas, porque temos uma política de qualificação dos nossos recursos humanos que deve ser valorizada.

Temos um aumento de horas extraordinárias, que eu confesso, nos meses de Abril, Maio e Junho, mas isso deve-se evidentemente ao grande esforço, que teve que ser feito para o acolhimento do euro 2004 e penso que ninguém censurará por isso e tivemos em 2004 quinhentas e oitenta e uma acções de formação com financiamento do programa foral e alguns estágios profissionais.

Temos portanto também nesta matéria indicadores que são muito interessantes e quanto aos indicadores financeiros que aqui foram de facto pintados de cores muito negras e é como dizia o Prof. Manuel Coimbra - “é ver o copo cheio ou ver o copo vazio”, infelizmente a oposição vê-o sempre vazio, mas os aveirenses continuam a vê-lo razoavelmente cheio e isso é o fundamental.

Alguns indicadores, queria dizer-vos que há de facto uma queda nas receitas e sobretudo uma queda nas receitas extraordinárias, que se explica por dois, três factores. Em primeiro lugar, em 2004 deixam de incidir, porque em 2004 já estava o estádio pronto, em 2004 deixam de incidir as transferências vultuosas que apareciam no orçamento de 2003 e que eram inerentes a essa construção, portanto a essa parte da receita não figura no ano de 2004 e isso provoca uma queda importante no montante das receitas. A estagnação da economia que parece que ninguém se atreverá a contestar nesta Assembleia, os dados são oficiais, são do Governo e do Banco de Portugal e ninguém os contesta. O atraso e a diminuição de receitas do Estado, a estagnação do mercado imobiliário, em consequências evidentes nas nossas capacidades de captar receitas extraordinárias e isso explica evidentemente uma taxa de execução inferior à dos anos transactos, apesar de termos tido uma taxa de cabimentação de 70%. E portanto as taxas valem o que valem e já aqui discutimos isto várias vezes, as taxas valem para as estatísticas, o que interessa é aquilo que se consegue fazer; e os serviços

da Câmara, a nossa capacidade de cabimentar e portanto de desencadear os projectos que tínhamos no orçamento foi muito boa, foi de cerca de 60%, depois realmente com a queda de receitas, não conseguimos fazer tudo aquilo que estava previsto. Mas o resultado líquido do exercício é positivo em 854 mil euros e somado aos proveitos diferidos ele é de 8 milhões 950 mil euros, ele é mesmo superior ao ano de 2003, em 4 mil e 39 mil euros. Portanto o resultado líquido do exercício é encorajador, ou seja, aquilo que nós estamos a receber e a gastar deixa um saldo positivo.

Os resultados operacionais também melhoraram, apesar de aqui ter sido insinuado o contrário, de 3 milhões 522 mil euros em 2003, passámos para 7 milhões 512 mil euros em 2004. E os resultados correntes também são positivos em 5 milhões 585 mil euros. E portanto não vale a pena dizer que a situação está a deteriorar-se, a situação operacional líquida e corrente está a melhorar e melhorou de 2004 para 2003. E quanto à dívida de curto prazo, com que tanta atenção motivou dos Senhores Deputados, também é preciso saber ler os números e os números que são decisivos na análise da dívida de curto prazo é que ela em Dezembro de 2003 era de 34 milhões 323 e em Dezembro de 2004 era de 28 milhões 79 mil euros ou seja uma redução de 6 milhões, 244 mil euros. O passivo está a diminuir, números são números, podem manipulá-los como quiserem, mas eles estão aí a demonstrar que a situação do passivo a curto prazo está a diminuir.

E quanto à dívida bancária, quando eu digo que ela baixa, ela baixa para 51 milhões e gosto sempre de lembrar, porque a oposição esquece-se sempre que não pode somar a dívida de curto prazo, os leasings e a dívida de longo prazo, sob pena de estar a induzir em erro, quem nos ouve, quem vos lê e as pessoas menos avisadas. Se quiserem ter em conta a dívida de longo prazo 51 milhões de euros, por favor acrescentem sempre a receita de muitos mais milhões de euros que vamos ter nos vinte e tal anos, a que essa dívida corresponde para pagamentos, porque é assim a realidade das coisas. A Câmara de Aveiro neste momento não deve 50 milhões de euros! A Câmara de Aveiro só deve as prestações relativas a esse ano desses 51 milhões de euros.

O INH como sabe, depois da fusão que o Governo anterior fez ou quis fazer (confesso que depois fez), com o IGAP adoptou a política de ceder às autarquias todo o património que era titulado por eles e portanto no quadro desse processo de transferência, há a negociação do empréstimo com o INH como faz todo o sentido e como qualquer gestor responsável perante este cenário, não deixaria de fazer, aproveitar esta oportunidade de transferência de património, para negociar também a dívida com o INH e espero que em breve este assunto esteja resolvido.

Queria também dizer-vos, porque também se esqueceram de referir isto que, para já Senhor Deputado Armando Vieira por muito que isso lhe custe, o número que citou não constitui dívida da Câmara Municipal de Aveiro à Freguesia de Oliveirinha, são números que constavam do orçamento, mas um orçamento não é uma dívida entendamo-nos e penso que ninguém pode pretender isso. Um orçamento é um orçamento, os Senhores Presidentes de Junta sabem em que contexto é que essa verba foi inscrita no orçamento, uma verba inscrita no orçamento não é uma obrigação de pagamento, senão nós estaríamos obrigados a construir e a gastar os 120 e tal milhões que constavam do orçamento previsto. Senhor Armando Vieira, estimativas orçamentais é uma coisa, dívidas são outras.

Mas o que eu gostava de sublinhar em relação às Juntas de Freguesia é que 2004 em matéria de Competências Delegadas para as Freguesias, foi o ano em que se transferiram 1 milhões 212 mil euros. Houve um aumento de 379 mil euros em relação ao ano de 2003 e portanto convém que isto também não seja esquecido. Tudo isto foi feito com despesas de pessoal muito abaixo dos máximos previstos na lei. As despesas com o pessoal do quadro não atingem 50% do autorizado na lei, e as despesas com pessoal além do quadro não alcança um sexto daquele limite.

Bem e ainda não falei do Estádio. Nós temos esses números todos positivos e temos a dívida que temos e que tanto foi aqui citada, mas devemos ter em conta que construímos um Estádio, em que o Governo Português ganhou dinheiro com a operação, é preciso que isto se diga sem ambiguidade nenhuma, o Governo Português contribuiu com 7,5 milhões de euros e ganhou de IVA 8,5 milhões de euros, numa operação em que o Governo Português ganha dinheiro à conta da Autarquia de Aveiro e em que nós tivemos que despende 60 milhões de euros, se fizerem o exercício de isolar a dívida inerente à construção do Estádio, percebem porque é que alguém aqui pode dizer com toda a ousadia e simplicidade, que a dívida duplicou, do primeiro para o segundo mandato, sem dizer mais nada. É evidente que só para o Estádio e numa dívida global que foi aqui citada, temos 60 milhões de euros de compromisso e de investimentos.

Depois Senhor Deputado Salavessa, algumas questões mais específicas que colocou – “piorou a execução da receita em 2004”, - mas onde é que ela não piorou? Não piorou no país todo? Piorou no país todo e o Senhor Deputado Salavessa sabe bem e criticou como todos nós, a situação a que a economia chegou!

De resto confirmou aquilo que eu acabei de dizer, que baixou a dívida de curto prazo, baixou a dívida de longo prazo, baixou a locação financeira e não baixou como disse, a dívida de médio prazo. Excelente! Mas nós não escondemos isso, o que nós conseguimos foi uma excelente negociação que fez com que em vez de termos que pagar tudo agora, quando a situação económica ou financeira é difícil, possamos pagar a médio prazo, esperando que a situação económica melhore. Isso foi uma excelente negociação muito bem conseguida com a SOMAGE e com a SUMA.

Depois quanto à irregularidade das Contas e ao facto de saber se as nossas Contas são ou não são, devem ou não devem ser revistas por um Revisor Oficial de Contas, parece que os Senhores Deputados esquecem aqui que há um enquadramento legal para a fiscalização das Contas da Câmara. E que esse enquadramento legal faz com que as nossas Contas sejam auditadas pelo Tribunal de Contas. Ninguém se está a esquecer disto. Estas Contas vão para o Tribunal de Contas e vão ser verificadas e até hoje nunca tivemos nenhum problema com o Tribunal de Contas — não é agora seguramente que vamos ter.

Só para concluir dizendo que evidentemente eu tive o cuidado de nunca me referir ao protocolo que existe entre a Câmara e o Beira-mar sobre o Estádio antes do jogo com a Académica, por razões óbvias — mas nunca o escondi. Aliás, esta Assembleia conhece-o. Ele foi aqui trazido, aprovado, discutido, dissecado. Toda a gente o conhece e foi à Comissão Permanente da Assembleia, pelo menos que me lembre e veio aqui ao Plenário e portanto a sua intervenção pode deixar transparecer a quem nos está a ouvir que isto é algum segredo — não é segredo nenhum. A Assembleia Municipal conhece-o linha a linha e estava previsto o pior cenário. Estava previsto o cenário da descida de divisão. Previmos isso no protocolo, está lá. Também previmos a participação na Taça UEFA, tenho muita pena que infelizmente tenhamos que aplicar. Se me recordo o que está previsto para a descida de divisão é que a situação será reavaliada. Mas não passa no espírito de ninguém de boa fé, que seja para ficar na mesma evidentemente e portanto, isso foi também acautelado.

Não estamos, o Senhor Salavessa fez uma intervenção que também é sensível para a comunicação social. Não estamos de modo nenhum a financiar o futebol profissional. As dívidas que o Beira-mar se queixa que não estão pagas ou são as das receitas dos camarotes deste ano (e talvez por isso o balancete trimestral da EMA não o reflecta), porque é evidente que as empresas no primeiro trimestre estiveram à espera para ver se o Beira-mar descia ou não. Isto é mesmo assim. E no primeiro trimestre de facto eu também não tenho notícia que se tenham vendido, porque as vendas foram feitas logo de entrada, quando começa a época desportiva.

Mas sobretudo queria sublinhar que ou vem das receitas dos camarotes ou é o apoio às actividades amadoras que nós temos vindo a cumprir com a regularidade possível.

Finalmente, sobre as obras que o Senhor Deputado Valente citou e que constavam da introdução ao Plano de Actividades para 2004. Eu queria dizer-lhe que de facto o Mercado Manuel Firmino está em obra; a casa Major Manuel Pessoa está o concurso, em curso e vamos adjudicar nos próximos dias. O ferry-boat está adquirido e vai entrar em funcionamento, eu espero que este Verão — está neste momento na Figueira da Foz a fazer testes de oceano e testes de mar. Eu vou ter muito prazer em convidar a Assembleia toda ainda este Verão, espero não ser traído por nenhum percalço para a viagem inaugural do “ferry-boat”.

Depois sobre o pavilhão Nossa Senhora de Fátima. É verdade que não conseguimos fazer o pavilhão da Nossa Senhora de Fátima. Recordar-se-ão que ele estava adjudicado ao empreiteiro que fez este edifício e que cuja situação societária se degradou de tal forma que nem as coisas deste edifício conseguimos que ele acabe e tivemos que fazer uma sessão contratual para pequenas conclusões aqui. E portanto é uma situação que não tem a ver connosco, tem a ver com o empreiteiro. E para vos dizer que mesmo assim em Nossa Senhora de Fátima vamos ter o prazer não de ter um pavilhão, mas talvez de ter um campo relvado ainda este Verão — que o Barroca vem merecer essa requalificação.”

Membros da Assembleia

Vogal Luís Paulo (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu queria fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara: queria saber exactamente em que pé está o Pavilhão de Santa Joana porque foi aqui falado pelo deputado João Carlos Valente há pouco e o senhor Presidente não falou sobre ele.

Espero que não esteja à espera da Avenida para depois localizar a escola, para depois localizar o pavilhão, porque senão daqui a um ano ou dois irá vir outra coisa qualquer e as que estão para trás também não vão ser localizadas.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu desejava que o Senhor Presidente da Câmara, sem querer estar aqui a incomodá-lo depois desta sessão de “foguetório” aqui à nossa volta e deste ambiente de festa e de pré-festa, porque é muito grave esta nova imagem que a Câmara Municipal de Aveiro dá, do seu relacionamento com as freguesias do Concelho. Eu não sei se os meus colegas comungam desta ideia, mas eu continuo a dizer que o Senhor Presidente da Câmara e este executivo municipal, não fica bem na fotografia - com toda a serenidade o digo, se não pagar aquilo que deve às freguesias, porque do nosso ponto de vista, deve e põe em causa, grave, o equilíbrio das contas da Juntas nomeadamente a de Oliveirinha, se não nos pagar aquilo que deve, que foi com pessoas de bem, de boa fé, fomos investindo esse dinheiro em nome do município tantas vezes, em competências próprias do município, para além daquelas que foram delegadas, sempre na expectativa e na esperança de que mesmo tarde iríamos receber essa verba e eu desejava ver isto esclarecido Senhor Presidente!”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Querida apenas deixar mais uma pergunta, esta nova: o que é feito do Inventário Municipal que devia estar presente nesta Sessão da Assembleia? Como devia estar presente na anterior há um ano atrás, como devia estar presente há três anos atrás e que é sistematicamente

adiado e que a Câmara não consegue cumprir o compromisso de o trazer porque todas as vezes diz que há-de trazer brevemente.

É muito mau uma Câmara como a de Aveiro não consiga ter pronto um Inventário dos seus bens e do seu património.

Mas Senhor Presidente, eu deixei uma interrogação. Eu posso não perceber nada disto, posso ser incompetente, qualquer coisa a esse nível, mas eu não espero que seja o Tribunal de Contas a responder a uma pergunta que eu coloquei ao Senhor Presidente da Câmara.

Portanto eu não vou esperar para que seja o Tribunal de Contas a dizer que está tudo bem!

Eu volto a perguntar: onde é que está inserido no Balanço que está aqui à nossa frente, onde é que está inserida a operação com a SOMAGE? Onde é que neste Balanço que está aqui à nossa frente está inserida a operação da SUMA? Se me responder ficarei muito satisfeito. Agora, se não responder ou se não responder satisfatoriamente, as coisas não..., não me tranquiliza dizer que vai enviar para o Tribunal de Contas.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: **D**

“Essa pergunta também a tinha colocado quando falei. De qualquer das maneiras gostava de saber só a outra, que também coloquei e que não tive resposta: é o porquê de não aparecer qualquer provisão cautelar para o pagamento dos processos de reclamação de dívidas? (Que existem na Câmara e que todos sabemos, pelo menos aparecem aqui referenciados nos vários documentos que o Presidente da Câmara costuma trazer à Assembleia todas as Assembleias).”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu gostava de dizer ao Deputado Salavessa e ao Deputado Granjeira que eu peço desculpa, não tenho formação de Contabilista. Podemos depois tentar ver isto em concreto, mas o que eu lhe queria dizer, para que não restassem dúvidas sobre a transparência política das Contas, que é essa a minha função aqui. E quanto ao resto, o Tribunal de Contas dirá é que está cá tudo e o Senhor Deputado Salavessa encontra no documento da prestação de Contas quer a operação da SOMAGE, quer a operação da SUMA. Não vai dizer como o Prof. Manuel Coimbra diz que está a zero, porque ela aparece. Estamos esclarecidos, não há dúvidas.

Não me peça coisas que eu não estou tecnicamente habilitado para lhe dizer. O que interessa é que está a reconhecer politicamente e não há dúvidas sobre isto, que elas estão cá no documento prestação de Contas. Estão cá e portanto ninguém quis esconder nada. Elas estão cá devidamente qualificadas de acordo com os critérios que presidiram à sua elaboração.

Depois sobre os duodécimos. Eu gostava de dizer ao Senhor Deputado Armando Vieira que também não haja a menor ambiguidade. Nós tivemos uma reunião que em boa fé e com toda a frontalidade, eu disse aos Senhores Presidentes de Junta que por mim não inscrevia sequer a verba porque não havia a previsão de receitas suficientes para depois honrar esse compromisso. E portanto, se os Senhores Presidentes de Junta quisessem, apesar disso, inscrevê-la na expectativa que o Governo viesse a prover o município com as verbas suficientes para essa transferência, muito bem. Assim quiseram, assim fiz. Não me acuse agora de estar a trair a boa fé de alguém porque foi isto, exactamente isto, que se passou e portanto, penso que isto é preciso que seja dito para que não fique aqui a ideia que a Câmara nesta matéria..., o Senhor Deputado lembra-se bem, que até ao último dia do ano de 2004, nós até brincávamos (passo o dramatismo da situação) para verificar, para ver se o Governo transferia ou não transferia as verbas. Não o fez como sabe, não o fez. Só o fez no dia 3 de Janeiro de 2005, não em 2004, por causa da contenção do défice.

Isto foi o que aconteceu e o Senhor Deputado sabe isto. Faz toda a diferença e para o Governo também fez, como sabemos.”

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeia (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Peço desculpa mas não percebi. Eu só gostava de perceber se a conta 292, que diz “provisões para riscos e encargos”, não tem nenhuma verba ou tem lá toda a verba incluída. E se o senhor não tem risco e encargos, nem provisões para riscos e encargos, como por exemplo, vai fazer com todos os processos que tem em Tribunal por dívidas — ou vai ganhá-los todos?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu mais uma vez, eu deixo essas subtilidades certamente muito estimulantes das diferentes classificações da contabilidade e do eventual excesso de confiança que possa traduzir a não inclusão de uma provisão para os gastos com perdas nos processos judiciais que possamos vir a ter, para o Dr. Granjeia se entreter com isso.

Se tivermos que pagar isso pagá-lo-emos e o dinheiro vai aparecer. As questões da contabilidade, eu acho que o plenário terá todo o interesse em continuar a discuti-las durante mais uma hora, mas eu não estou habilitado para entrar nessa discussão. Mas deixo ao Dr. Granjeia essa preocupação.”

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente numa Assembleia que eu agora não tenho aqui a data, questionei o Senhor Presidente da Câmara três vezes sobre se entendia dever estes duodécimos às Juntas de Freguesia. O Senhor Presidente da Câmara, à terceira, admitiu que se recebesse a verba que acabou de confessar que recebeu, não no dia 31 mas recebeu no dia 3, portanto numa diferença técnica de dois dias, essa verba entrou conforme eu lhe disse e o Senhor Presidente do meu ponto de vista, com este pormenor técnico de ter havido uma diferença de dois dias, está em dívida para com as Freguesias. E se tem consciência que ao não cumprir com esta rubrica importantíssima para a sobrevivência das freguesias, se tem consciência que está a quebrar uma regra de dezenas de anos que vinha de um acordo entre as Juntas e todas as Câmaras que passaram, pelo menos desde que aqui estou.”

Vogal Luís Paulo (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Com o devido respeito que o Senhor Presidente da Câmara me merece e é imenso, é assim: não sei se não reconhece autoridade na minha presença para colocar questões, não sei se me ignora, não sei qual é a opção mas eu fiz-lhe três questões e não me respondeu a nenhuma. É a questão da localização do pavilhão, é a questão da construção do pavilhão, é a questão de que estamos à espera da avenida. Há sete ou oito anos que é prometido o pavilhão. Portanto na altura não se previa a avenida presumo eu. Agora é a desculpa da localização da nova escola...”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Não foi nenhuma desconsideração, foi que de facto eu pensei que a pergunta era uma pergunta de retórica. Porque eram três em um e de facto elas estão de alguma forma relacionadas. É verdade que se nós tivéssemos dinheiro em excesso, nós construíamos o pavilhão em qualquer sítio sem avaliarmos bem em termos de planeamento qual era a melhor localização. E neste momento o processo de construção da avenida e da localização da nova escola e das sinergias que devem existir entre os diferentes equipamentos e a aquisição de terrenos que tem que ser feita para todos estes equipamentos e novas vias implica que o pavilhão ainda não tenha aparecido. É um equipamento que Santa Joana precisa. Mas evidentemente nós não temos a pretensão de ter feito tudo aquilo que o município precisa; há muito para fazer. Eu próprio sinto que temos muito que fazer em Aveiro ainda. E mal de nós se considerarmos que está tudo feito ou que aquilo que ficou por fazer e que anunciámos como sendo intenção nossa. Portanto é uma necessidade sentida por nós, se abdicarmos ou se considerarmos que podemos dispensar de o fazer.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 3. Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2004 da Câmara Municipal, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (PS18), três abstenções (IND2+PSD1) e catorze votos contra (PSD9+PP4+PCP1).

Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário que a votação da acta em minuta e as declarações de voto atinentes ao ponto 3. Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2004 da Câmara Municipal, fossem efectuados na próxima reunião.

Usaram da palavra os seguintes vogais:

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Como não se verificou consenso, o presidente da Mesa colocou à votação a proposta de se aprovar ainda nesta reunião a acta em minuta e se efectuarem as declarações de voto, sendo a mesma rejeitada (dezassete votos contra, catorze votos a favor e quatro abstenções).

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 16 de Maio (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:45 horas do dia 12 de Maio de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)